

I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia



**Construindo
princípios
e diretrizes**

3,4 e 5
de **JULHO** de 2013
Recife/PE

Comissão Organizadora do I SNEA

Equipe de elaboração da síntese:

Maria Virginia de Almeida Aguiar/NAC-UFRPE

Jorge Luiz Schirmer de Mattos/NAC-UFRPE

Jorge Roberto Tavares de Lima/NAC-UFRPE

Marcos Antonio Bezerra Figueiredo/NAC-UFRPE

José Nunes da Silva/NAC-UFRPE

Mônica Cox de Britto Pereira/LECgeo-UFPE

Gilvania de Oliveira Silva de Vasconcelos/NAC-UFRPE

Francisco Roberto Caporal/NAC-UFRPE

Tiragem: 1.000 exemplares.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO EM AGROECOLOGIA

No Brasil existe um importante caminho de construção do enfoque agroecológico na produção e socialização de conhecimentos. Já nos anos 50, muitas experiências educativas iniciaram a partir do desejo de outro desenvolvimento, com a participação, inclusive, dos movimentos sociais e religiosos. Havia uma crescente insatisfação com o modelo de desenvolvimento, na qual o foco do debate estava centrado na modificação da maneira de viver e de produzir. Este movimento por outro desenvolvimento se fortaleceu com os primeiros sinais negativos da modernização conservadora da agricultura no Brasil e ganhou força com o surgimento do chamado Movimento de Agricultura Alternativa, nos anos 1980, que iniciou uma crítica sistemática à Revolução Verde e fez uma reflexão profunda sobre os impactos ambientais, sociais e econômicos que vinham ocorrendo em função do modelo de tecnificação adotado no país.

Algumas experiências no campo das chamadas agriculturas alternativas, foram o embrião para a constituição de processos de ensino-aprendizagem dedicados a uma educação voltada para a sustentabilidade, e vêm sendo consolidadas através de ações pontuais de educadores ou estudantes, mas também através de ações coletivas que articularam iniciativas voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Entendemos que estas são iniciativas que configuram o que estamos chamando de uma Educação em Agroecologia e que podem trazer em si ricos

ensinamentos, por terem, de alguma forma, realizado um questionamento ou mesmo um contraponto à lógica da educação convencional e à dimensão tecnológica produtivista e agroquímica dominante na educação brasileira.

Já faz algum tempo que a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) vem promovendo debates sobre a construção do conhecimento agroecológico, nos quais a Educação aparece de forma significativa, ao lado de questões relativas à extensão rural e à pesquisa.

Os debates realizados indicam que uma Educação Formal em Agroecologia não se dá de uma única forma. Na educação profissional e superior, ela pode acontecer em diferentes espaços e processos de ensino, seja nos cursos de Agroecologia ou com ênfase em Agroecologia, ou com enfoque agroecológico (de diferentes níveis educacionais¹ e a partir de seus projetos político-pedagógicos); seja nas disciplinas de Agroecologia e/ou temas correlatos oferecidos em diferentes cursos; seja nas práticas e vivências educativas de campo orientadas pela pesquisa e extensão e pela relação escola-comunidade; seja, também, nas atividades extra-curriculares que enriquecem processos de ensino-aprendizagem em Agroecologia, protagonizadas por iniciativas coletivas, entre elas as iniciativas dos estudantes. Assim, consta-se que a Educação Formal em Agroecologia não se resume a um “curso ideal”, com currículo e métodos predefinidos. Por isso, concluímos

¹ Técnicos de nível médio, tecnólogos, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação.

que não há um consenso sobre como deve ser esta Educação, permanecendo questões que precisam ser aprofundadas e amadurecidas.

Assim, a ABA-Agroecologia, em parceria com o Núcleo de Agroecologia e Campesinato – NAC, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, realizaram em julho de 2013, o I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia – I SNEA, no município de Paulista, Pernambuco, com a participação de 170 educadores, educadoras e estudantes de instituições de ensino, de movimentos sociais e gestores do setor do poder público, envolvidos em experiências de Educação em Agroecologia, de várias regiões do país.

O objetivo deste Seminário foi promover o aprendizado mútuo, a identificação e ressignificação dos referenciais que orientam experiências concretas de Educação Formal em Agroecologia no país e propiciar um espaço para uma reflexão coletiva sobre os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia. Ao mesmo tempo, o Seminário procurou dar visibilidade à diversas iniciativas de Educação Formal em andamento e proporcionar a aproximação e a troca de experiências, bem como promover o debate com outras áreas do conhecimento.

Entende-se por princípios e diretrizes um conjunto de orientações e valores abrangentes, fundamentais, definidores e norteadores do rumo a seguir para se colocar em prática um determinado fim. Aqui entendemos que princípios e diretrizes são orientações para uma tomada de decisão sobre qual caminho seguir visando a realização de uma Educação com enfoque agroecológico comprometida com a construção de um futuro mais

sustentável. E este caminho, necessariamente, está orientado pela Agroecologia, entendida como um “enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural e, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agroecossistema como unidade de análise, apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis” (ABA - Agroecologia, 2005).

Partimos da ideia de que a Educação Formal em Agroecologia é um direito e que deve ser ofertada pelo ensino profissional e superior de forma pública, gratuita e de qualidade, para a diversidade de sujeitos do campo e da cidade. Ao mesmo tempo, acreditamos que a Educação em Agroecologia tem forte relação com a Educação do Campo, a Educação Popular, a Educação Contextualizada, as Escolas Familiares Rurais e com a Formação em Economia Solidária e Ecológica.

A seguir, se apresenta uma síntese dos princípios e diretrizes que foram elaborados no âmbito dos Grupos de Trabalho realizados no I SNEA. Pretendemos dar continuidade a esse debate no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia e em outros espaços onde atuam os educadores em Agroecologia. Esta síntese resultou do trabalho de um pequeno grupo da coordenação do evento que procurou manter a coerência com a “matéria prima” das diversas contribuições dos participantes, organizando-as em quatro eixos integradores, a saber: Princípio da Vida, Princípio da Diversidade, Princípio da Complexidade e Princípio da Transformação.

PRINCÍPIO DA VIDA

É na natureza onde se reproduzem e se realizam todas as formas de vida, inclusive a dos seres humanos. Esta, portanto, deve ser respeitada integralmente na sua existência e na manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estruturas, funções e processos evolutivos. Devemos aprender com a natureza a partir da observação das interrelações da diversidade dos seres vivos nos diversos ecossistemas e superar a visão antropocêntrica em direção a uma consciência planetária.

Desta forma, a formação do ser humano se exige integral, na qual a racionalidade, espiritualidade, ética e dimensões artísticas são um todo que criam novos valores que orientam processos de transformação da realidade. O acesso aos bens da natureza como terra, água, floresta, sementes, alimentos, trabalho e cultura garantem aprendizagens fundamentais, que possibilitam a sustentabilidade.

Este princípio nos indica que os processos educativos em Agroecologia devem ser orientados por:

1. Cuidado e afetividade com a vida, considerando a sua otimização e valorização;
2. Sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social, cultural, política e ética;
3. Processos endógenos, locais e comunitários;
4. Valorização e garantia à livre reprodução das sementes e raças locais de animais, reconhecendo-os como patrimônio da humanidade;

5. Aplicação da Ecologia na produção e no manejo dos agroecossistemas;
6. Economia ecológica e solidária.

PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE

O princípio da diversidade se contrapõe às concepções totalizadoras, homogêneas, padronizadoras, universais e excludentes presentes na educação. A diversidade deve ser reconhecida nos diferentes ecossistemas, agroecossistemas e paisagens, na riqueza de bens naturais, nas distintas práticas sociais, saberes (locais e acadêmicos), valores, cultura e formas de organização social e produtiva, que determinam a relação dos seres humanos com a natureza.

O território onde se inserem os processos educativos é visto como o espaço da diversidade e da construção do conhecimento por excelência. É também no território diverso onde se estabelecem as relações entre o campo e a cidade, que merecem ser vistas como potencializadoras de processos endógenos e de complementaridade.

Este princípio nos indica que os processos educativos em Agroecologia devem ser orientados por:

1. Reconhecimento do território onde estão inseridos, considerando toda a sua complexidade e diversidade ecossistêmica e social e como espaço em disputa e conflito entre os diferentes setores socioeconômicos;

2. Valores e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais como fonte de ensinamentos ecológicos e culturais essenciais para a conservação da biodiversidade e a construção da sustentabilidade;
3. Reconhecimento e valorização dos povos e comunidades tradicionais do campo e da cidade, especialmente o/a agricultor/ra familiar e camponês/sa (quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, moradores de fundo de pastos, faxinalenses, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu, indígenas e outros) e os diferentes movimentos e organizações sociais, considerando as questões de gênero, diversidade sexual, étnica e geracional e reafirmando o território como espaço de identidades e de culturas;
4. Reconhecimento das especificidades das mulheres trabalhadoras, suas formas de interpretar e atuar sobre a realidade e suas formas de organização.

PRINCÍPIO DA COMPLEXIDADE

A realidade é complexa e requer um pensamento também complexo. Desenvolver um pensamento complexo implica fugir da simplificação, da fragmentação, da compartimentação, da hiperespecialização, do dualismo, da certeza e do reducionismo, colocando em prática a religação dos saberes, numa perspectiva transdisciplinar. Implica também reconhecer a

multidimensionalidade das coisas, suas relações, associações e interações.

Assim, os processos educativos e de construção do conhecimento agroecológico devem primar pelo pluralismo metodológico e epistemológico. E estes processos podem adquirir maior pertinência se consubstanciados em ações e atitudes multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, mas fundamentalmente no diálogo dos diversos saberes e áreas do conhecimento, considerando os seus contextos sociohistóricos.

Este princípio nos indica que os processos educativos em Agroecologia devem ser orientados por:

1. Desenvolvimento de análises da realidade à partir de uma abordagem sistêmica e holística;
2. Valorização, sistematização e socialização participativa de processos e práticas agroecológicas, valorizando os conhecimentos, as culturas populares e as suas formas de expressão;
3. Indissociabilidade entre extensão-ensino-pesquisa;
4. Relevância das pessoas, da comunidade e das relações sociais na construção do conhecimento agroecológico;
5. Conhecimentos e práticas dos/as agricultores/as como questão central no currículo;

6. Leitura crítica da realidade e adoção de instrumentos metodológicos participativos;
7. Construção participativa dos Projetos Políticos Pedagógicos, considerando as especificidades locais, com a participação da comunidade e dos movimentos sociais;
8. Formação inicial e continuada em Agroecologia para educadores/as e técnicos/as administrativos/as;
9. Perspectivas alternativas de organização tempo-espço, a exemplo da Pedagogia da Alternância;
10. Reflexão e promoção de processos de inovação participativos envolvendo estudantes e agricultores/as, que respeitem a racionalidade da produção camponesa;
11. Formação numa perspectiva de rede de aprendizagem, conectando diferentes sujeitos e instituições;
12. Agricultores/as atuando como educadores/as em processos de formação, garantindo a troca e o diálogo de saberes;
13. Superação da dicotomia entre trabalho manual e intelectual, vinculando o mundo do trabalho e a prática social;
14. Superação da dicotomia entre teoria-prática para contribuir para conhecer-compreender e propor-agir;
15. Agroecossistema concebido como ferramenta para a construção do conhecimento;
16. Articulação entre a pesquisa, o trabalho, a cultura e a práxis.

PRINCÍPIO DA TRANSFORMAÇÃO

A educação deve ser tomada como uma ferramenta de conscientização e libertação das estruturas ideológicas de dominação que sustentam a sociedade hegemônica, para formar profissionais críticos/as e criativos/as, com capacidades para compreender e atuar com autonomia para a promoção da vida e da sustentabilidade do planeta.

Este princípio nos indica que os processos educativos em Agroecologia devem ser orientados por/pela:

1. Promoção de práticas emancipatórias, visando à autonomia e o protagonismo dos sujeitos na construção de relações sociais justas e solidárias e da consciência planetária;
2. Preparação de profissionais para atuar segundo os princípios da Economia solidária popular e ecológica, baseada na cooperação, na reciprocidade e nos valores das culturas locais;
3. Prática pedagógica comprometida com a transformação social, visando formar profissionais que coloquem os seus conhecimentos a serviço das classes populares e da conservação da natureza;
4. Processos de aprendizagem coletivos que promovam a auto-organização, a autogestão e o empoderamento dos sujeitos, visando o bem comum no campo e nas cidades;
5. Processos educativos voltados para a compreensão, o fortalecimento e o

- empoderamento das coletividades que atuam na transformação da realidade agrária e agrícola do país;
6. Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e saúde integral, interligando produção e consumo de produtos ecológicos;
 7. Atuação crítica sobre todas as formas de dominação e desigualdades sociais, particularmente sobre aquelas de gênero, raça, etnia, diversidade sexual e geração;
 8. Relações de ensino aprendizagem horizontais entre educandos/as-educadores/as, rompendo com a perspectiva bancária e alienadora de educação;
 9. A escola como o *lócus* para reflexão e ação transformadora sobre os problemas sociais e ecológicos geradores da insustentabilidade do planeta;
 10. Formação referenciada na realidade, tomando a vivência das comunidades como conteúdos problematizadores para o processo de ensino aprendizagem.

Promoção



Realização



Parceiros



Apoio



